



ATA DA REUNIÃO

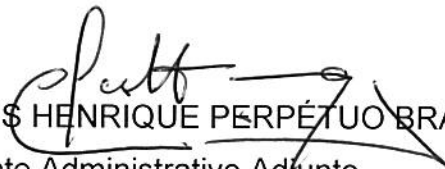
Aos 11 de outubro de 2016, às 14 horas, reuniram-se o Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, Superintendente Administrativo Adjunto do Tribunal de Justiça, o Secretário Especial da Presidência, Renato Cardoso Soares, os representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância - SINJUS, Wagner de Jesus Ferreira e Alexandre Paulo Pires da Silva, os representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância de Minas Gerais – SERJUSMIG, Sandra Margareth Silvestrini de Souza e Antônio Costa dos Santos Júnior, e os representantes do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais – SINDOJUS/MG, Igor Leandro Teixeira e Rafael Giardini de Oliveira. Presente também a Assessora do SERJUSMIG, Raquel Beatriz Pinto Cunha Orlando. Abertos os trabalhos, o Des. Carlos Henrique esclareceu aos presentes que o objetivo da reunião, para a qual foram convocados, é o de informar que, atendendo ao absoluto compromisso de transparência da atual gestão e após a atualização dos estudos das áreas técnicas do Tribunal, foi revisto o percentual da revisão anual de vencimentos e proventos (data-base), que será fixado em 3,5%. Informou, ainda, sobre a disposição do Presidente do Tribunal de encaminhar pessoalmente o respectivo projeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no próximo dia 13 de outubro – 5ª feira. Transmitiu aos presentes o convite do Presidente do Tribunal para acompanhá-lo à Assembléia Legislativa, com o propósito de, juntos, procederem à entrega do anteprojeto. Informou, ainda, que as propostas para os auxílios anteriormente apresentadas ficam mantidas, nos valores já divulgados. Igor Leandro ponderou que o percentual precisa ser submetido à categoria representada pelo SINDOJUS-MG, que o percentual de 5% de revisão anual de 2016 há havia sido calculado com impacto orçamentário para o corrente ano e que, com o avanço da Receita Corrente Líquida seria possível o seu pagamento. Sandra Silvestrini disse de sua expectativa de que seja concretizada a reunião com as áreas técnicas, visando à análise conjunta dos argumentos apresentados pelo SERJUSMIG quanto aos dados técnicos já apresentados. Indagou se o critério do Tribunal seria o de não atingir o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, ponderando que, se este for o critério, entende já estar decidido que não haverá avanços nas propostas por parte do Tribunal. Salientou que suas propostas atingem o índice de 5,57% da Receita Corrente Líquida – RCL. Alexandre Pires, pelo SINJUS, afirmou acompanhar a proposta anterior do SERJUSMIG em relação à data base e também disse de sua expectativa de que as divergências técnicas sejam esclarecidas. Foi agendada a reunião técnica, que será realizada, no dia 13/10, às 10 horas, nas dependências da Secretaria de Planejamento. Wagner Ferreira, pelo SINJUS, afirmou que adere à posição do SERJUSMIG, especificamente em relação à data base e indagou sobre a remessa dos projetos de auxílios. O Des. Carlos Henrique informou que a proposta é a de enviar os projetos de lei correspondentes em janeiro/2017, com a implementação condicionada à realização efetiva dos recursos resultantes de arrecadação interna.




Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se esta ata, que vai assinada por todos os presentes.


Desembargador CARLOS HENRIQUE PERPÉTUO BRAGA
Superintendente Administrativo Adjunto
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

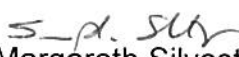

Renato Cardoso Soares
Secretário Especial da Presidência


Wagner de Jesus Ferreira


SINJUS - MG


Alexandre Paulo Pires da Silva

SINJUS-MG


Sandra Margareth Silvestrini de Souza

SERJUSMIG


Antônio Costa dos Santos Júnior

SERJUSMIG


Raquel Beatriz Pinto Cunha Orlando

Assessora do SERJUSMIG


Igor Leandro Teixeira

SINDOJUS-MG


Rafael Giardini de Oliveira

SINDOJUS-MG